

28 ABR 1980

Abi-Ackel: "Constituinte pressupõe mudança do regime ou ruptura do Poder" 28 ABR 1980
A Constituinte é inviável 8 ABR 1980
CORREIO BRAZILIENSE

Abi-Ackel acha que a tese da Oposição é bandeira de "natureza eleitoral"

Recife — O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, disse ontem, que a tese da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que vem sendo defendida pelos partidos de oposição, "não passa de uma bandeira de natureza eleitoral", e que essa medida só seria viável no caso de ruptura no atual sistema de poder ou de substituição de um regime por outro, "que não é o caso do Brasil".

— Todos os compêndios de Direito Constitucional do Brasil e dos países ocidentais sem exceção conceituam Assembleia Constituinte como uma necessidade no caso em que se opera uma ruptura no poder, ou quando se dá a substituição de um regime por outro. Hoje não há nenhuma ruptura de poder, não há nenhum vácuo, não há nenhuma substituição de regime. O Presidente João Figueiredo, fiel ao compromisso de fazer deste país uma democracia, vem a cada dia propondo medidas destinadas a efetivamente construí-la, não somente no campo político mas no campo social.

Sobre a proposta de união nacional para superar os problemas sociais e econômicos do País, Abi-Ackel lembrou que ela já existe em torno de alguns "valores permanentes", citando como exemplo a Federação, a República e a necessidade de combate à inflação, à violência e à criminalidade. Essa união, segundo ele, não implica na perda de características de partidos de Governo ou de Oposição, afastando, todavia, a hipótese de um Governo de coalizão, com a distribuição de responsabilidades administrativas entre o Governo e os quatro partidos oposicionistas.

FREITAS INSISTE NA IDEIA

São Paulo — O deputado Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara Federal, e o professor Cláudio Lembo, membro da Comissão Regional do PP, foram unânimes em apontar a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte como solução para a crise política e econômica que o País atravessa no momento.

— A crise não é o setorial — afirmou Freitas — ela é geral, porque o modelo econômico e político estão casados indissolavelmente. Uma resposta política que não substituisse o modelo econômico seria irreal. De outra parte, um modelo econômico sob um sistema político adverso seria utopia. O caminho correto seria a eleição de uma Constituinte livremente eleita pelo povo, com um texto capaz de refletir seus anseios.

O deputado Freitas Nobre rejeitou também a proposta de um governo de conciliação nacional, "que não nos interessa".

— A mera substituição de homens não teria o condão de alterar nada, isto porque o problema é estrutural. Além disso, o Governo de união nacional nos levaria ao partido único que é uma contradição com o regime democrático.

E ADERBAL QUER A UNIÃO NACIONAL

Recife — O vice-líder do Governo no Senado, Aderbal Jurema (PDS/PE) voltou a insistir ontem

na necessidade de formação de um Governo de união nacional "no sentido de que possamos combater a inflação em todos os seus aspectos". Segundo ele, a Nação precisa de "união nacional" para resolver os seus problemas econômicos e sociais, "não uma união de natureza político-fisiológica, mas uma união de propósitos para que possamos enfrentar a crise econômica que aí está".

Jurema, ao comentar a tese da Constituinte, sustentada pelos partidos oposicionistas, disse que ela significa apenas uma atitude política, "e de atitude política nós já estamos cheios, com o processo de abertura que vem sendo posto em prática pelo Presidente João Figueiredo".

— Ao contrário do que a Oposição pensa — acrescentou —, a Constituinte não é nenhuma mezinha milagrosa do século XV. O que nós precisamos fazer agora é consolidar a formação dos partidos políticos, porque se nós formos cuidar agora de Constituinte, os partidos vão levar a breca.